



Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU
Ata da 120ª (centésima vigésima) Reunião Ordinária
Dia 09 de janeiro de 2004

Às 10:30 (dez e trinta) horas do dia 09 de janeiro de 2004 (dois mil e quatro), na sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente – SEPLAM, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência do Dr. Djalma Paes, presidente do Conselho. Inicialmente, Dr. Djalma justificou, e se desculpou pelo atraso. Havendo número legal, o presidente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da 7ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 04 de novembro de 2003, da Ata da 118ª Reunião Ordinária, realizada no dia 07 de novembro de 2003 e da Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 28 de novembro de 2003, respectivamente. 2) Apresentação do sistema de telecomunicações da cidade do Recife. 3) Apresentação dos sistemas de água e esgoto da cidade do Recife. 4) Apresentação do sistema de energia elétrica da cidade do Recife. 5) Outros. Estiveram presentes os conselheiros, Dr. Djalma Paes, Presidente, Dra. Elbia Valéria Pires da Silva, Assessora da DIRCON/SEPLAM (suplente), Dra. Petra Oliveira Duarte, técnica da Diretoria Geral de Planejamento – Sec. Saúde (titular), Dr. Carlos Eduardo Maciel Lyra, Assessor Especial da Secretaria de Saneamento (titular), Dr. Marcos José Maia Borges, representante da Caixa Econômica Federal (titular), Dra. Maria de Fátima Alves de Oliveira, representante da Agência CONDEPE/FIDEM (titular), Sr. Tomé Ferreira de Lima, representante da FEAMEPE (suplente), Dr. Antônio Aristóteles de G. Bastos, representante do CREA/PE (titular), Dr. Agnelo Amorim Arcoverde de Melo, representante da OAB/PE (suplente), Dr. Márcio de Souza Rocha, representante do STIUEPE-CUT (suplente), Dr. Eduardo Fernandes de Moura, representante da ABIH (suplente), Dr. Ronaldo Coelho Filho, representante do CENDHEC (titular), Sra. Elaine de Oliveira Santos de Farias, representante do Fórum do Prezeis (titular), Sra. Maria Lúcia da Silva, representante da FIJ (suplente), e o Sr. Altamir Jorge do Espírito Santo, representante do MNLM/PE (titular). A seguir, Dr. Djalma iniciou a reunião propriamente dita, comunicando a desistência da Telemar em fazer, hoje, a apresentação do sistema de telecomunicação da cidade do Recife. “Espero que na próxima reunião, a Telemar possa comparecer. Na realidade iremos fazer um levantamento sobre a situação dos sistemas de telecomunicação, saneamento e energia elétrica da cidade, que irá facilitar as análises de projetos e definir áreas potenciais de expansão”. Prosseguindo, Dr. Djalma falou que, “alguns conselheiros vinham questionando essas questões e resolvemos iniciar o ano proporcionando uma visão da situação real da cidade. Não adianta aprovarmos um projeto que irá ter problemas, por exemplo, de rede de esgoto. No próximo encontro, serão discutidos assuntos relacionados ao meio ambiente e a manutenção em limpeza da cidade”. Em seguida, convidou o Dr. Júlio Sérgio, gerente metropolitano de esgoto da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) para apresentação do sistema de esgoto da cidade do Recife, item 2 da pauta. O sistema de água, a questão do abastecimento será apresentado na próxima reunião. Dr. Júlio iniciou a apresentação, mostrando a situação atual do sistema de esgotamento sanitário, especificamente na área do Recife. “A apresentação em alguns momentos, irá contemplar dados da Região Metropolitana do Recife, embora me deterei apenas na área do Recife”. Em seguida, mostrou toda a evolução da história do saneamento. “O sistema de esgotamento sanitário



trabalha por gravidade, por essa razão, em algumas áreas, temos que construir estações elevatórias”. Segundo Dr. Júlio, apenas 30% da população da cidade é atendida pela companhia e o restante precisa utilizar fossas para tratar o esgoto. Sobre a rede, “as três centrais de tratamento do Recife só recebem 30% de sua capacidade. Isso acontece porque o sistema foi projetado pensando na expansão da rede. O maior problema da COMPESA é a saturação da rede coletora nos bairros com maior verticalização. Boa Viagem e Casa Forte sofrem muito com isso. As novas edificações devem possuir uma rede elevatória e realizar o descarrego em outra rede”. Continuando, o engenheiro mostrou o organograma da gerência metropolitana da COMPESA, comentando sobre as funções e atribuições de cada unidade. Em seguida, falou sobre a falta de educação sanitária, trazendo grandes transtornos à questão da operação. “Por exemplo, estamos com os trabalhos parados por 15 dias, na estação da Cabanga, devido a quantidade de lixo que estamos retirando do poço, para podermos fazer a recuperação. A população infelizmente ainda insiste em utilizar o sistema de esgotamento sanitário como área de lixo. O trabalho de reciclagem desenvolvido pelas comunidades, tem minimizado um pouco, mas, se faz necessário um trabalho conjunto de conscientização, COMPESA, Prefeitura, escolas e comunidades”. Prosseguindo, Dr. Júlio falou que todos os sistemas de tratamento de esgotos que existem, a COMPESA possui. “Temos decantação primária, lagoa erada, vala de oxidação, fossa filtro, digestor anearóbico de fluxo ascendente (DAV), bio filtro, aeração prolongada e lagoa facultativa. Em termos de sistema de esgotamento sanitário, a COMPESA é uma faculdade, pois temos além dos laboratórios, as atividades operacionais”. Em seguida, falou sobre um convênio que durou até o ano de 2000, entre o governo de Pernambuco e o governo japonês – JAICA. “O JAICA fez um estudo para que pudéssemos aumentar a cobertura do saneamento ao longo de toda RMR. Mudamos de 30% para 80% . Temos cobertura desde Barra de Jangada até Maria Farinha. O referido estudo mostrou que é muito mais viável fazer as estações ao longo de todo o processo, do que fazer um bombeamento de Cucurana até o bairro do Cabanga. O custo é bem menor”. Prosseguindo, falou dos maiores problemas operacionais, da insuficiência de mão-de-obra, por conta disso, há contratação de terceirização. Falou também, da questão da manutenção. “Implantar sistema é muito fácil, difícil é a manutenção. A mesma é feita com recursos próprios, pois não existe financiamento”. Em seguida, mencionou os procedimentos que o incorporador solicita à COMPESA no momento da construção. “O primeiro passo é saber se existe condição de se fazer a ligação do esgoto. A solicitação é feita por carta, e a COMPESA envia uma equipe técnica, in loco, para avaliação, de posse do projeto apresentado pelo incorporador. Se houver viabilidade técnica, a COMPESA autoriza. Caso contrário, por saturação ou falta de rede, indicamos outro ponto para ser feito a ligação. Mesmo que seja necessário, o prédio construir uma estação elevatória para bombear a uma distância bem maior”. Prosseguindo, falou de um outro problema, ocasionado pela falta da cobertura de saneamento, as empresas limpa fossas. Elas têm dado um grande trabalho não só à COMPESA, como à vigilância sanitária. “A única estação que tem condições de atender ao esgoto coletado por essas empresas, é a do Janga. E, muitas vezes, essas limpadoras não querem se deslocar até à essa estação. Muitas vezes, jogam clandestinamente, pela madrugada, o esgoto coletado, nas ruas ou nas galerias. Estamos, COMPESA, Ministério Público, Vigilância Sanitária e a CPRH, tentando definir um padrão para empresas limpa fossas. O tipo de caminhão, sua capacidade, cor, e, treinamento do pessoal. Dessa maneira, ficará bem mais fácil à questão da fiscalização”. (Aguardando o envio da

apresentação, para anexo). Concluída a apresentação, Dr. Djalma deu início a discussão, passando a palavra ao conselheiro Aristóteles – CREA, que iniciou sua colocação, falando que existe uma tendência generalizada em se dizer que o grande vilão dos problemas da cidade, é o cidadão. “Bandido que está prejudicando o bom funcionamento da cidade. Recentemente, fizemos um raciocínio no IAB/PE, a respeito da implantação de um prédio. Existia uma casa simples, cujo IPTU anual era em torno de 400 reais. No local da mesma será construído um prédio de 20 pavimentos, dois apartamentos por andar, 40 unidades. Pelo fato do prédio ser novo, o IPTU passa a ter um valor bem mais alto. A receita advinda da implantação do prédio, passou dos 400 reais (quando casa), para cerca de 24.000 reais. Para onde vão esses recursos? Os prédios são vilões na cidade, mas geram recursos no seu bojo. Temos que repensar essa questão, para não simplesmente fazermos um raciocínio simplista, de que os edifícios prejudicam a ocupação. Pois, em última análise, os próprios cidadãos da cidade se auto prejudicam em morar. É um contra-senso! Outra coisa, Recife tem uma condição extraordinária para implantação de nova infra-estrutura, está simplesmente desprezada. A expansão do sistema poderia ser feita da seguinte maneira: uma tubulação na borda do cais da cidade, de água ou de esgoto, seja como for, não se tem escavação. A própria rede pluvial poderia comportar uma tubulação de expansão do sistema, a um custo muito baixo. Sem prejudicar trânsito, sem quebrar ruas, sem destruir praças. Nas regiões em que a pressão da água cair, não se troca a tubulação, vai-se pela margem do rio, interliga o sistema e bombeia. Com pequenas obras seria possível expandir bastante a infra-estrutura da cidade. Não só quanto a questão de água, como de esgoto. Para concluir, as receitas advindas das implantações de novos empreendimentos, deveriam necessariamente subsidiar a expansão”. Dando continuidade, Dr. Djalma passou para o quarto item da pauta, convidando o Dr. Gustavo Alencar, diretor de gestão de ativo da Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco (CELPE), para apresentar o sistema de energia elétrica da cidade do Recife. O engenheiro Gustavo Alencar apresentou dois engenheiros da CELPE que vieram juntos com ele. Dr. Rômulo e Dr. Paulo Medeiros, que trabalham na área territorial e comercial. Em seguida, falou que o foco de sua apresentação será como se dar o sistema elétrico para garantir o fornecimento da cidade do Recife. Continuando, apresentou o mapa da cidade com identificação dos pontos de suprimentos da Chesf, três grandes pontos. As sub-estações da Chesf, de onde saem os circuitos que alimentam os transformadores de distribuição, e a partir daí chega energia às residências, comércios, de forma geral. São 20 sub-estações. Dr. Gustavo apresentou a localização de todas e a distribuição por regional. A rede de distância do Recife é composta de linhas de transmissão, rede de distribuição de alta e baixa tensão, e de transformadores espalhados nas ruas da cidade. Mostrou também, um gráfico da energia fornecida na cidade, dividido em Norte, Centro e Sul, com os fornecimentos MWH/mês, como também, os maiores clientes, a energia vendida e reais faturados por mês. O diretor falou que, “a companhia fornece apenas 50% de sua capacidade e que a expansão da cidade não é uma ameaça”. Falou sobre os canais de atendimento da CELPE, das áreas de atendimentos a clientes especiais, das agências com empregados próprios, das linhas 0800 gratuitas e dos pontos de atendimentos em todas as cidades do estado, e por fim, das comunidades especiais, de baixa renda. Em seguida, apresentou a localização das agências próprias, em Água Fria, Casa Amarela, Madalena, Boa Vista, Boa Viagem e Imbiribeira. “Potencializamos a estrutura de tele-atendimento. Temos dois telefones 0800, 30 posições de atendimento, diariamente, podendo extrapolar para 70PA's, nas situações

de crise". Em seguida, mostrou uma foto do Centro de Operações Integrado. Falou do atendimento, mostrando a localização base das viaturas leves e pesadas. "Os carros são todos monitorados por satélite. É acionado o carro mais próximo da ocorrência. O canal de voz da viatura é um canal de recursos, não para se falar pelo rádio, e sim, via terminal". Prosseguindo, Dr. Gustavo ressaltou dois indicadores, o DEC – duração equivalente de interrupção por consumidor, e o FEC – frequência de interrupção. O acumulado anual, o limite e a quantidade de solicitações/ano. Apresentou também, o tempo médio de atendimento e de mobilização, mostrando fotos do novo e antigo padrão. Concluindo, mencionou sobre o nível de investimentos da companhia, e apresentou os principais investimentos na cidade do Recife. (Cópia da apresentação, em anexo). Concluída a apresentação, Dr. Djalma agradeceu, elogiou a apresentação, e falou que, "quando tivermos uma visão global, poderemos adequar a expansão da cidade com os planos de crescimento dos órgãos". Passando em seguida a palavra à conselheira Fátima Oliveira – Ag. CONDEPE/FIDEM. A conselheira falou que, "é muito interessante saber que a CELPE tem uma estrutura super para atender todo o estado. Pelo apresentado, vimos que está buscando uma melhoria no atendimento, e, esperamos uma melhoria visual na cidade. A rede multiplexada com 574km já implantados, não entendo como ainda temos a convencional com 5.391km, maioria no centro expandido. Tivemos experiências nas ruas Duque de Caxias, Nova e Imperatriz. O centro histórico está precisando de uma grande mudança. O ideal seria a rede subterrânea, embora, sabemos que é muito caro. Qual é a perspectiva, há projeção de mudar os cabos, principalmente no centro? Os tipos de postes são feios, causam poluição visual". Continuando, o engenheiro Gustavo falou que, "o primeiro esforço é de adequar a um padrão de rede elétrica. A CELPE, a partir de 2001 tem procurado minimizar essa questão. Avançamos ano a ano na reforma da rede. Uma coisa é o plano de expansão. O padrão novo se dá nas novas expansões, e, paralelamente no programa de melhoramento da rede. A velocidade depende do nível da capacidade do investimento. Temos na cidade uma experiência de rede subterrânea, no Pátio de São Pedro, seis vezes mais cara. O ideal seria se vivéssemos em condições de primeiro mundo, mas nossa capacidade de investimentos é limitada. Temos que ter um nível de investimento adequado ao mercado. A capacidade de expansão, também, é limitada. Temos no nosso programa de investimentos, recursos destinados ao melhoramento de rede". Passando em seguida a palavra ao conselheiro Márcio Rocha – CUT, que perguntou sobre o custo dos postes e a relação (número) de funcionários próprios e terceirizados. O Dr. Gustavo falou que tem obrigação de fazer o compartilhamento de infra-estrutura. Existe um regulamento, conjunto, Agência Nacional de Petróleo, a ANEEL e a ANATEL. Esse regulamento de regulação, estabelece os critérios em que as empresas terão que compartilhar infra-estrutura. Existe um espaçamento limite num poste. Hoje, na CELPE temos cabos óticos da EMBRATEL, da Telemar e da TV Cidade (Cabo Mais), e não podemos nos opor a isso. Para a companhia não é interessante sobre nenhum aspecto. Na nossa demonstração de resultado, é subtraído. O quadro de pessoal, a CELPE mudou um pouco a política em relação a mão-de-obra contratada. Até 2000, era rotina, até contratar a disponibilidade do serviço. Poderíamos contratar uma equipe, até por hora. Com a mudança do controle acionário, essa rotina foi modificada. Planilhamos todos os serviços. Os serviços são contratados, exemplo, se mudarmos um poste pagaremos pela sua mudança. De início esse procedimento gerou um certo desconforto. A mão-de-obra foi reduzida, devido as automações das sub-estações. Precisar o número de funcionários contratados e

terceirizados, hoje, fica difícil para mim. Os serviços que podem ser planilhados e podem ser programados, são contratados. O serviço de expansão de rede, é todo contratado. A manutenção programada é contratada, a de emergência é própria. O que é inerente a concessão é própria". Passando em seguida a palavra ao conselheiro Aristóteles – CREA. O conselheiro falou que em relação as ruas Duque de Caxias, Nova e Imperatriz, deveria haver uma parceria entre a CELPE e os comerciantes locais. Em seguida Dr. Djalma passou a palavra à conselheira Fátima Oliveira. A arquiteta lembrou que existe uma parceria entre os comerciantes dessas ruas citadas pelo conselheiro Aristóteles, com a finalidade de recuperação das calçadas. "Os comerciantes pagam o material e a prefeitura a mão-de-obra. Essa parceria poderia ser ampliada no momento. A Prefeitura constrói conjuntos habitacionais, a rede, os postes, a fiação, toda a infra-estrutura, para em seguida a CELPE fazer a manutenção e a eletrificação, a energia que será fornecida no local. A CELPE, ainda hoje, não paga a localização dos postes, nem toda a utilização aérea da cidade. A Prefeitura não cobra nem da CELPE, nem da COMESA a utilização. Deveria haver uma compensação". Passando em seguida a palavra à conselheira Maria Lúcia – FIJ. A conselheira se reportando ao custo dos postes, solicitado anteriormente pelo conselheiro Márcio, falou que, devido a ausência de resposta, questiona para onde vai o dinheiro da Prefeitura. "A falta de divulgação pela Prefeitura, pelo governo do Estado e pelas empresas particulares, é preocupante. Quando falo das empresas particulares, é devido as mesmas receberem recursos da união. Insisto, e pergunto se os postes são pagos pela CELPE ou pelos moradores? Na comunidade de Três Carneiros, acionamos a CELPE para retirada de um poste, que devido ao seu estado, vem causando muita preocupação à população local. A CELPE cobrou 270 reais para retirada do mesmo. Isso é legal? Outro procedimento, pelo menos estranho, é que hoje a CELPE não mais conversa, negocia com a comunidade. Implanta o contador onde quer e bem entende". Continuando, Dr. Djalma passa a palavra ao conselheiro Marcos Borges – CEF. Inicialmente o conselheiro louvou a iniciativa do presidente do Conselho, pelo convite as empresas responsáveis por parte da infra-estrutura da cidade. Em seguida, se reportou a uma colocação feita pelo conselheiro Huseyin – CORECON, registrada na Ata do mês de dezembro p.p. "Irão esclarecer a maneira como está sendo tratada a cidade como um todo. Estamos nos fundamentando nos pareceres, em resoluções pontuais. A iminência de apagões devido as sobrecargas da rede são possíveis". Lembrou o acontecido na cidade de São Paulo, falando também, que o mais breve possível, o Conselho deveria incorporar avaliações das agências reguladoras de Pernambuco, criadas por lei estadual. "Baseado nesta colocação, pergunto se tal preocupação sobre apagões, procede?" Em seguida, a conselheira Elaine – Fórum do Prezeis, elogiou o programa Comunidades Especiais da CELPE. "Onde moro, diferenciamete do que a conselheira Lúcia relatou, tivemos três reuniões, CELPE e comunidade, tanto de ocupação como da própria ZEIS da Tamarineira. Minha preocupação específica é com a ocupação. A CELPE tem a intenção de, na localidade, agrupar 15 barracos a um só medidor. Ao meu ver, não dará certo. Qual o valor da tarifa mínima para essas comunidades? Outro questionamento, é sobre acidentes que deixam as comunidades sem energia por várias horas, ocasionando prejuízos aos moradores. Existe um prazo para que as comunidades reivindiquem o ressarcimento dos prejuízos? Para concluir, não concordo quando dizem que a privatização da CELPE foi um ato danoso à sociedade". Continuando, Dr. Djalma passou a palavra ao Dr. Gustavo Alencar para esclarecimentos. O diretor iniciou os esclarecimentos pelo deslocamento de rede, falando que, numa condição emergencial

não deverá ser cobrado. “Com relação ao contratado com partilhamento de infraestrutura, a limitação da divulgação do valor não é da CELPE. A limitação é regulatória. Fico feliz pelo reconhecimento da conselheira Elaine do programa Comunidades Especiais. Com relação ao agrupamento de barracos com um só contador, na realidade a normalização do fornecimento ou expansão da distribuição elétrica, é uma ação integrada com as prefeituras. Se existir uma comunidade que assentou numa determinada localidade, normalmente procuramos à Prefeitura para regularizar a situação. Estamos iniciando o Plano de Universalização dos Serviços Elétricos, determinado pelo governo federal. A orientação técnica, não é um medidor para 15 barracos. Com relação a queda de energia, fazemos pesquisas de opinião pública, custeada pela ANEEL. Recentemente, 85% dos clientes entrevistados, se consideraram satisfeitos ou muito satisfeitos. Falta menos energia hoje, em Pernambuco. A tarifa mínima, hoje, custa oito centavos até 30MWH/hora-residencial. Tarifa regulada pela ANEEL. Concluindo, sobre os apagões, estamos com o nível dos reservatórios a baixo da curva de risco, e todas as usinas térmicas estão operando. O sistema elétrico é interligado. Não foram concluídos ainda os estudos para que possamos dizer, que o nível de exposição a um campo eletromagnético, de x ou y possa trazer algum mal. Sobre a podação, lembro que não só a CELPE faz. A Prefeitura, a Telemar e o Corpo de Bombeiros, também fazem. Na questão do uso do solo, a CELPE cumpre a legislação. Não existe jurisprudência com relação a pagamento do uso do solo. Se um dia existir, a CELPE irá interpelar contra, até a última instância, pois somos uma concessão de serviço público da união”. Concluída a discussão, Dr. Djalma agradeceu mais uma vez as participações muito valiosas da COMPESA e da CELPE, nas pessoas dos doutores Júlio Sérgio, Gustavo Alencar, Rômulo e Paulo Medeiros. Em seguida, o conselheiro Aristóteles solicitou um aparte para protestar contra a derrubada de árvores grandes, na praça do Clube Internacional. “Existiu para o local, um projeto de Burle Max, que com certeza não constava da derrubada de árvores, pois o projeto era destinado a uma praça vazia. Sugiro que a Prefeitura contrate um projeto de paisagismo”. Finalizando a reunião, Dr. Djalma agendou uma reunião extraordinária do Conselho para o dia 23 de janeiro de 2004. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Tiago Araújo, secretário executivo, em exercício, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 09 de janeiro de 2004.

Djalma Souto Maior Paes Júnior – Presidente do Conselho

Elbia Valéria Pires da Silva, DIRCON/SEPLAM (suplente)

Petra Oliveira Duarte – Sec Saúde (titular)

Carlos Eduardo Maciel Lyra - Sec. Saneamento (titular)

Marcos José Maia Borges - CEF (titular)

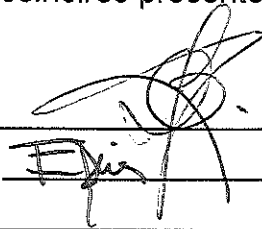
Maria de Fátima Alves de Oliveira – CONDEPE/FIDEM (titular)


Tomé Ferreira de Melo – FEAMEPE (suplente)

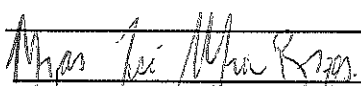
Antônio Aristóteles de G. Bastos – CREA/PE (titular)


Agnelo Amorim Arcoverde de Melo – OAB/PE (suplente)

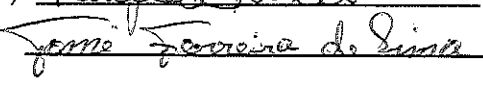
Márcio de Souza Rocha – STIUEPE-CUT (suplente)













PREFEITURA DO
RECIFE

Eduardo Fernandes de Moura – ABIH (suplente)

Ronaldo Coelho Filho – CENDHEC (titular)

Elaine de Oliveira Santos de Farias – Fórum do Prezeis (titular)

Maria Lúcia da Silva – FIJ (suplente)

Altamir Jorge do Espírito Santo – MNLM (titular)

[Handwritten signature]

Ronaldo Coelho Filho

Elaine de Oliveira Santos de Farias

Maria Lúcia da Silva

Altamir Jorge do Espírito Santo
